



Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
Rua São Bento, nº 405
Centro Histórico de São Paulo
Telefone +55 (11) 3243-1255
portaldolicenciamentosp.com.br



Alvará de Execução de Demolição Total
NÚMERO DO DOCUMENTO: 3699-21-SP-DEM

NÚMERO DO PROCESSO SEI 1020.2021/0008690-0		CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO 56i37r3n	
PROPRIETÁRIO(S)			
1 - VÍNCULO Proprietário			
NOME/RAZÃO SOCIAL SEI MANOEL DA NOBREGA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.		CPF/CNPJ 20.411.415/0001-65	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Antonio Setin		CPF DO REPRESENTANTE LEGAL 666.998.948-20	
ENDEREÇO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1830, 1830, Vila Nova Conceição			
INFORMAÇÕES DA OBRA			
CONTRIBUINTE 036.023.0047-1	CODLOG 12651-9	CEP 04001-002	
ENDEREÇO RUA MANUEL DA NOBREGA	NUMERAÇÃO PREDIAL 784	BAIRRO Vila Mariana	
SUBPREFEITURA PRVM - Subprefeitura Vila Mariana			
ZONA DE USO ZC			
CARACTERÍSTICAS DA SOLICITAÇÃO			
BLOCO(S) EXISTENTE(S) 1 Bloco(s)		PAVIMENTO(S) - COM BASE NO BLOCO QUE POSSUI A MAIOR QUANTIDADE 2 Pavimento(s)	
ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE 180.00 m²		ÁREA A SER DEMOLIDA 180.00 m²	
AMPARO LEGAL			
1. Lei nº 16.642 de 9 de maio de 2017 – Código de Obra e Edificações (COE). 2. Lei 16.050/14, Lei 16.402/16, Orientação Normativa nº 001/RESID/2022, Decreto nº 57.776/17, Portaria 221/SMUL-G/2017.			
NOTAS			
1. O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.			

2. Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.
3. O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
4. Após a demolição total da área construída deverá ser solicitado o correspondente Certificado de Conclusão.
5. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
6. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o Imóvel não está enquadrado como potencialmente contaminado, suspeito de contaminação, contaminado ou em monitoramento ambiental. Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanção de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual nº 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13.
7. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não existem árvores no lote.
8. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não será necessário o manejo arbóreo para a execução da Demolição.
9. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o imóvel não está sujeito a restrições relativas à preservação cultural.
10. Consta a Declaração expressa de Anuência do Proprietário Fiduciário do Imóvel, para a Demolição do Prédio existente.
11. Para o local consta no Processo 6027.2022/0005287-2, Parecer Técnico SVMA/CLA/DAIA/GTAC Nº 218/GTAC/2022, PARECER TÉCNICO nº 218/GTAC/2022, como Área não contaminada, devendo atender as recomendações descritas no mesmo.

DECLARAÇÕES

1. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o Imóvel não está enquadrado como potencialmente contaminado, suspeito de contaminação, contaminado ou em monitoramento ambiental. Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanção de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual nº 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual nº 59.263/13.
2. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que não existem árvores no lote.
3. Este documento foi emitido com base na declaração do interessado de que o imóvel não está sujeito a restrições relativas à preservação cultural.
4. Por se tratar de edificação a ser demolida com até 2 pavimentos, este licenciamento se deu de forma declaratória, pelo proprietário, dispensando a assistência de profissional habilitado, nos termos do § 4º do art. 23 da Lei nº 16.642/17.

RESSALVAS

1. Nos casos em que o canteiro de obras margear o alinhamento será obrigatório o seu fechamento por alvenaria ou tapume com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), que não poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público, nos termos do item 1.1.1 do Anexo 1 da Lei nº 16.642/17, e do item 1.A.3 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17. Quando for executada obra na faixa de até 1,20m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento, será obrigatório também o avanço do tapume sobre o passeio público, mediante emissão de Alvará de Autorização específico, nos termos do item 1.A.4 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17.
2. Deverão ser observadas as exigências relativas à contaminação do solo contidas na anuência apresentada de SVMA/DCRA referentes ao início de obras, a este documento, e por ocasião do Certificado de Conclusão.

DEFERIDO POR

UNIDADE SMUL/RESID/DRGP	DATA DE DEFERIMENTO 26/09/2022	DATA DE PUBLICAÇÃO 27/09/2022
----------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

Este Alvará de Execução perde a eficácia se as obras de demolição não forem concluídas dentro do prazo de 2 (dois) anos contados a partir da data da publicação.